- Livro Banco Conta Movimento
 - Livro Caixa
 - Livro de Controle do Estoque e Produção
 - Livro de Registro de Apuração do ICMS
 - Livro de Registro de Entradas
 - Livro de Registro de Inventário
 - Livro de Registro de Utilização de Termos de Ocorrência
 - Notas Fiscais de Entradas
 - Notas Fiscais de Saída
 - Relação das NFS ref. aos pag. de: 1141 - 1145 - 1146 - 1152
 Outros documentos poderão ser solicitados no decorrer desta ação fiscal.
 Local para entrega da documentação : Av. Belém nº 99 - Tailândia/pa
 Telefone: 91- 3752-1170

O não atendimento à presente NOTIFICAÇÃO, no prazo estipulado, determinará a imediata aplicação das penalidades previstas no art. 2º, da Lei 6.715/05, ficando ciente desde já, que a presente medida caracteriza o início da ação fiscal pertinente, visando os interesses do Erário Estadual.

Tucuruí, 05 de julho de 2018.
 LUIS GUILHERME BATISTA COUTO

Coordenador Fazendário - Cerat Tucuruí

Protocolo: 334203

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AINF – CERAT MARITUBA

A Ilma. Sra. MÁRCIA MARIA COSTA SANTOS, MD. COORDENADORA FAZENDÁRIA DE MARITUBA desta Secretaria de Estado da Fazenda, FAZ SABER aos titulares ou representantes legais da empresa abaixo relacionada, que foi lavrada contra a mesma, os AUTO(S) DE INFRAÇÃO(S) E NOTIFICAÇÃO FISCAL nº 092018510000262-2, 092018510000263-0 e 092018510000264-9, oriunda da Ação Fiscal Programação em Profundidade de Exercício Fechado Dirigida/Especial nº 002017480000557-0, ficando NOTIFICADA, na forma do disposto pelo artigo 14, inciso III, parágrafos 1º, 2º e 3º item III da Lei nº 6.182, de 30 de dezembro de 1998, e alterações posteriores a PAGAR ou APRESENTAR defesa no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar de 15 (quinze) dias da data da ciência deste Edital, na sede da Coordenação Executiva Regional de Administração Tributária e Não-Tributária – CERAT Marituba, situada à Rodovia BR 316, Km 13 – Centro- Marituba-PA. Ressaltando que o não atendimento no prazo estabelecido, ensejará à adoção de medidas cabíveis em defesa do Erário Estadual.

RAZÃO SOCIAL: PRODUTOS TIO PEDRO LTDA

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 15.244.794-6

AFRE Responsável: LINO MAHMUD DANTAS

Marituba(PA), 05 de Julho de 2018.

MÁRCIA MARIA COSTA SANTOS

Coordenadora Fazendária - CERAT Marituba

Protocolo: 334457

OUTRAS MATÉRIAS

ATOS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FAZENDÁRIOS - TARF

ACÓRDÃOS SEGUNDA CÂMARA

ACÓRDÃO N. 6104 - 2ª CPJ. RECURSO N. 13244 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO N. 012017730000521-8). CONSELHEIRO RELATOR: MARCOS AUGUSTO CATHARIN. EMENTA: SIMPLES NACIONAL. EXCLUSÃO. CERCEAMENTO DE DEFESA. NULIDADE NA FASE INSTRUTÓRIA. 1. Configurado o cerceamento de defesa na fase instrutória do processo, uma vez que não foi dada ciência ao contribuinte de documentos anexados aos autos fundamentais ao livre convencimento do julgador singular, devem os autos voltarem ao órgão preparador para a efetiva instrução do processo, inteligência do artigo 16, § 5º, da Lei n. 6.182/98. 2. A fim de preservar o princípio do contraditório, da ampla defesa e da legalidade do ato administrativo, deve ser declarada a nulidade de todos os atos praticados posteriormente à fase em que deveria ter havido a notificação ao contribuinte de documentos anexados aos autos conforme determina o art. 13 da Lei n. 6.182/98. 3. Recurso conhecido para, em preliminar, declarar a nulidade dos atos praticados desde a fase preparatória. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 19/06/2018. DATA DO ACÓRDÃO: 19/06/2018.

ACÓRDÃO N. 6105 - 2ª CPJ. RECURSO N. 12468 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 372014510000134-2). CONSELHEIRO RELATOR: VITOR DE LIMA FONSECA. EMENTA: ICMS. ANTECIPADO ESPECIAL. ATIVO NÃO REGULAR. IMPROCEDÊNCIA. 1. Correta a decisão singular que declarou a improcedência do AINF, quando comprovado nos autos que o sujeito passivo não se encontrava na situação de ativo não regular. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 19/06/2018. DATA DO ACÓRDÃO: 19/06/2018.

ACÓRDÃO N. 6106 - 2ª CPJ. RECURSO N. 13966 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO N. 062016730000467-0). CONSELHEIRO RELATOR: MARCOS AUGUSTO CATHARIN. CONSELHEIRO DESIGNADO:

VITOR DE LIMA FONSECA. EMENTA: SIMPLES NACIONAL. EXCLUSÃO. NULIDADE. 1. Deve ser declarada a nulidade do ato de exclusão do sujeito passivo do Simples Nacional, em virtude do referido ato administrativo estabelecer hipótese de desenquadramento e produção de efeitos da exclusão em desacordo com a Lei Complementar n. 123/06. 2. Recurso conhecido para, em preliminar, declarar a nulidade do ato de exclusão da Recorrente do Simples Nacional. DECISÃO: MAIORIA DE VOTOS. VOTOS VENCIDOS: Conselheiro Marcos Augusto Catharin, pelo parcial provimento do Recurso e Conselheira Luzia do Socorro Nogueira Barros, pelo improvimento do Recurso. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 19/06/2018. DATA DO ACÓRDÃO: 21/06/2018.

ACÓRDÃO N. 6107 - 2ª CPJ. RECURSO N. 13964 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO N. 062016730000466-2). CONSELHEIRO RELATOR: MARCOS AUGUSTO CATHARIN. CONSELHEIRO DESIGNADO: VITOR DE LIMA FONSECA. EMENTA: SIMPLES NACIONAL. EXCLUSÃO. NULIDADE. 1. Deve ser declarada a nulidade do ato de exclusão do sujeito passivo do Simples Nacional, em virtude do referido ato administrativo estabelecer hipótese de desenquadramento e produção de efeitos da exclusão em desacordo com a Lei Complementar n. 123/06. 2. Recurso conhecido para, em preliminar, declarar a nulidade do ato de exclusão da Recorrente do Simples Nacional. DECISÃO: MAIORIA DE VOTOS. VOTOS VENCIDOS: Conselheiro Marcos Augusto Catharin, pelo parcial provimento do Recurso e Conselheira Luzia do Socorro Nogueira Barros, pelo improvimento do Recurso. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 19/06/2018. DATA DO ACÓRDÃO: 21/06/2018.

ACÓRDÃO N. 6108 - 2ª CPJ. RECURSO N. 13984 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO N. 062016730000468-9). CONSELHEIRO RELATOR: MARCOS AUGUSTO CATHARIN. CONSELHEIRO DESIGNADO: VITOR DE LIMA FONSECA. EMENTA: SIMPLES NACIONAL. EXCLUSÃO. NULIDADE. 1. Deve ser declarada a nulidade do ato de exclusão do sujeito passivo do Simples Nacional, em virtude do referido ato administrativo estabelecer hipótese de desenquadramento e produção de efeitos da exclusão em desacordo com a Lei Complementar n. 123/06. 2. Recurso conhecido para, em preliminar, declarar a nulidade do ato de exclusão da Recorrente do Simples Nacional. DECISÃO: MAIORIA DE VOTOS. VOTOS VENCIDOS: Conselheiro Marcos Augusto Catharin, pelo parcial provimento do Recurso e Conselheira Luzia do Socorro Nogueira Barros, pelo improvimento do Recurso. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 19/06/2018. DATA DO ACÓRDÃO: 21/06/2018.

ACÓRDÃO N. 6109 - 2ª CPJ. RECURSO N. 13608 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 092016510005379-6). CONSELHEIRO RELATOR: MARCOS AUGUSTO CATHARIN. EMENTA: ICMS. ANTECIPADO NA ENTRADA. PROCEDÊNCIA. 1. O prazo para conclusão da fiscalização em profundidade é de 180 dias, tem início a partir da entrega dos documentos solicitados ou após o esgotamento do prazo legalmente concedido. 2. Não há o que se falar em duplicidade de lançamento quando se infere da autuação matérias tributárias distintas. Preliminares rejeitadas. 3. Deixar de recolher ICMS relativo as operações subsequentes, na modalidade de recolhimento antecipado, devido nas operações de importação de trigo em grãos, com entrada simbólica no estabelecimento localizado neste Estado e submetido a processo de industrialização e outra unidade federada, constitui infração a legislação tributária e sujeita o contribuinte a penalidade aplicada, independente do imposto devido. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 21/06/2018. DATA DO ACÓRDÃO: 21/06/2018.

ACÓRDÃO N. 6110 - 2ª CPJ. RECURSO N. 13606 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 092016510005379-6). CONSELHEIRO RELATOR: MARCOS AUGUSTO CATHARIN. EMENTA: ICMS. ANTECIPADO NA ENTRADA. DECADÊNCIA PARCIAL CONFIGURADA. 1. Nos tributos sujeitos ao regime de lançamento por homologação, havendo pagamento parcial antecipado, a decadência do direito de constituir o crédito tributário se rege pelo art. 150 § 4º do Código Tributário Nacional, isto é, o prazo para esse efeito será de cinco anos a contar da ocorrência do fato gerador. 2. Deve ser mantida a decisão singular que declarou a decadência do crédito tributário, quando configurado nos autos a decadência do direito da Fazenda Pública Estadual de exigí-lo, nos termos do art. 150, § 4º do Código Tributário Nacional. 3. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 21/06/2018. DATA DO ACÓRDÃO: 21/06/2018.

ACÓRDÃO N. 6111 - 2ª CPJ. RECURSO N. 12206 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 172013510000157-9). CONSELHEIRO RELATOR: VITOR DE LIMA FONSECA. EMENTA: ICMS. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. AUSÊNCIA DE RETENÇÃO E RECOLHIMENTO. 1. A margem de valor agregado de 25,60%, prevista na Cláusula Segunda, parágrafo segundo, inciso I, alínea B do Protocolo 41/2008, somente é aplicável para as operações em que se comprovar a distribuição em caráter exclusivo e mediante contrato de fidelidade. 2. Não se aplica de ofício a redução da base de cálculo do ICMS previsto no Convênio ICMS 52/91, uma vez que o contribuinte optou por

não utilizar o referido benefício nas operações realizadas. 3. Não compete ao Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários a apreciação de matéria quando questionar a inconstitucionalidade ou validade da legislação tributária, nos termos do art. 26, inciso III da Lei n. 6.182/98. 4. Deixar de recolher ICMS, na qualidade de substituto tributário, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às penalidades legalmente previstas, independentemente do imposto devido. 5. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 21/06/2018. DATA DO ACÓRDÃO: 26/06/2018. ACÓRDÃO N. 6112 - 2ª CPJ. RECURSO N. 12466 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 102014510000718-8). CONSELHEIRO RELATOR: MARCOS AUGUSTO CATHARIN. EMENTA: ICMS. LEVANTAMENTO FISCAL. NULIDADE. 1. O levantamento fiscal deve ser revestido de elementos técnicos e legais para produzir os efeitos exigidos pela legislação tributária. 2. Correta a decisão singular que declara a nulidade do AINF quando verificado que a autoridade atuante utilizou metodologia inadequada na apuração do imposto exigido. 3. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 26/06/2018. DATA DO ACÓRDÃO: 26/06/2018.

ANÚNCIO DE PAUTA PARA JULGAMENTO

A Secretaria Geral torna público as datas de julgamento dos recursos abaixo, a ocorrer na sala de sessões do Tribunal, sito em Belém, na Av. Gentil Bittencourt, 2566, 3º andar, entre Trav. Castelo Branco e Av. José Bonifácio:

PRIMEIRA CÂMARA

Em 11/07/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 13085, AINF nº 172015510000233-2, contribuinte IPIRANGA PRODUTOS DE PETROLEO S.A., Insc. Estadual nº. 15000397-8, advogado: ROSANA TRINDADE TOCANTINS SILVA, OAB/PA-7369, Em 11/07/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 13095, AINF nº 172015510000217-0, contribuinte IPIRANGA PRODUTOS DE PETROLEO S.A., Insc. Estadual nº. 15000397-8, advogado: ROSANA TRINDADE TOCANTINS SILVA, OAB/PA-7369, Em 11/07/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 13093, AINF nº 172015510000216-2, contribuinte IPIRANGA PRODUTOS DE PETROLEO S.A., Insc. Estadual nº. 15000397-8, advogado: ROSANA TRINDADE TOCANTINS SILVA, OAB/PA-7369, Em 11/07/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 13091, AINF nº 172015510000218-9, contribuinte IPIRANGA PRODUTOS DE PETROLEO S.A., Insc. Estadual nº. 15000397-8, advogado: ROSANA TRINDADE TOCANTINS SILVA, OAB/PA-7369, Em 11/07/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 13105, AINF nº 172015510000219-7, contribuinte IPIRANGA PRODUTOS DE PETROLEO S.A., Insc. Estadual nº. 15000397-8, advogado: ROSANA TRINDADE TOCANTINS SILVA, OAB/PA-7369, Em 11/07/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 14125, AINF nº 172014510000213-0, contribuinte PETRÓLEO SABBA SA, Insc. Estadual nº. 15065208-9, advogado: DANIELA DIAS TOMAZ, OAB/PA-17886, Em 11/07/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 14127, AINF nº 172014510000213-0, contribuinte PETRÓLEO SABBA SA, Insc. Estadual nº. 15065208-9, advogado: DANIELA DIAS TOMAZ, OAB/PA-17886, Em 11/07/2018, às 09:00h, RECURSO DE OFÍCIO n.º 14131, AINF nº 172014510000212-2, contribuinte PETRÓLEO SABBA SA, Insc. Estadual nº. 15065208-9, advogado: DANIELA DIAS TOMAZ, OAB/PA-17886, Em 11/07/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 14133, AINF nº 172014510000212-2, contribuinte PETRÓLEO SABBA SA, Insc. Estadual nº. 15065208-9, advogado: DANIELA DIAS TOMAZ, OAB/PA-17886, Em 16/07/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 12199, Processo SIMPLES NACIONAL nº 042015730007255-8, contribuinte ESTRELA EMPREENDIMIENTOS COMERCIAIS LTDA, Insc. Estadual nº. 15232155-1 Em 16/07/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 13097, AINF nº 042015510000439-0, contribuinte VANIA SUELY PEREIRA MAIA, CPF nº. 9161198234 Em 16/07/2018, às 09:00h, RECURSO DE OFÍCIO n.º 13115, AINF nº 012015510015040-0, contribuinte D C OLIVEIRA DE ARAUJO COMERCIO DE CONVENIENCIA -ME, Insc. Estadual nº. 15363894-0

EDITAL DE INTIMAÇÃO

A Chefe da Secretaria Geral do Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários – TARF, Belém-Pará, FAZ SABER que, pelo presente Edital, fica intimada RASCOVSCHI COMÉRCIO LTDA., Inscrição Estadual n. 15.194.446-6, nos termos do artigo 14, III, § 5º, da Lei n. 6.182, de 30 de dezembro de 1998, da decisão da Primeira Câmara Permanente de Julgamento, prolatada na sessão realizada em 06/06/2018, Auto de Infração e Notificação Fiscal n. 012013510001931-7, que negou provimento ao Recurso n. 12447 - de Ofício, conforme acórdão n. 5849- 1ª CPJ. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário Oficial do Estado e afixado no lugar de costume na sede deste Tribunal. Aos 05 de julho de 2018. Eu, Terezinha Silva Navegantes, lavrei o presente. E eu Iza Meire Sales Nunes, chefe da Secretaria Geral em exercício, conferi e subscrevi.

Protocolo: 334336